
Um olhar decolonial sobre a disciplina de teorias do jornalismo¹

Otávio DAROS²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

Embora o Brasil tenha sua própria tradição de pensamento jornalístico, este artigo levanta a hipótese de que a disciplina de teorias do jornalismo, no país, possui a tendência de supervalorizar os autores oriundos das escolas dos Estados Unidos e da Europa. Sem negar a importância de ambas as culturas acadêmicas para a constituição do campo de estudos, argumentamos que elas não pretendem fornecer elementos para melhor explicar nem refletir especificamente a sociedade na qual o jornalismo brasileiro se desenvolveu. Tal argumento é trabalhado a partir de análise das referências bibliográficas que integram as disciplinas oferecidas pelos programas de pós-graduação no país.

Palavras-chave

Ensino de jornalismo. Pensamento jornalístico brasileiro. Pós-graduação.

Introdução

Este artigo nasceu das vivências como estudante de graduação em jornalismo e doutorando em comunicação, e da estranheza de, nestes quase dez anos de ensino superior, frequentar disciplinas e seminários que frequentemente colocam pensadores brasileiros e latino-americanos em segundo plano, em detrimento de pensadores norte-americanos e europeus. Ainda, de perceber, desde minha primeira oportunidade de pesquisa no exterior, que estudar a dimensão nacional e continental dos fenômenos — e as teorias que derivam de seus contextos — deve ser um compromisso compartilhado por todos que buscam fortalecer abordagens multiculturais de conhecimento.

Nas páginas que seguem não pretendemos dar conta de mostrar como os estudos de comunicação produzidos na Europa dão pouca voz aos estudiosos latino-americanos (GANTER; ORTEGA, 2019); ou como as grandes revistas internacionais da área possuem conselhos editoriais compostos predominantemente por acadêmicos norte-americanos (GOYANES, 2019); ou como, ainda assim, os estudiosos latino-americanos

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Membro do Laboratório de História da Comunicação e Mudança da Mídia na Universidade de Bremen. E-mail: otavio.daros@gmail.com.

têm feito circular suas contribuições para teorização da comunicação (ENGHEL; BECERRA, 2018). Sem negligenciar essas questões, o presente trabalho está mais interessado em argumentar que, muitas vezes, os chamados estudiosos “não ocidentais” também promovem o “centrismo” quando, por exemplo, forçam a adoção de teorias anglo-americanas e europeias para explicar as variações culturais de fenômenos universais, tal como pode ser o jornalismo, dentro de suas respectivas sociedades.

“Neste sentido, seria tentador deduzir que os padrões acadêmicos anglofônicos foram impostos ao Resto pelo Ocidente. As coisas são mais complexas do que isso, no entanto. Estudiosos de outras partes do mundo costumam naturalizar esses padrões porque isso satisfaz seus interesses” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 4). Ao mesmo tempo, por outro lado, seria ingênuo acreditar que tal naturalização se resume a escolhas baseadas em interesses individuais. A adoção de certas normas deve ser refletida dentro do amplo processo de formação das tradições intelectuais e das políticas acadêmicas. Por exemplo, o Brasil estabeleceu vários acordos de intercâmbios culturais com a França, mas também com os Estados Unidos ao longo do século XX. Isso ajuda a explicar a forte influência que se registra, em nossa academia, de certas teorias e metodologias estrangeiras em campos do conhecimento como os estudos de comunicação e jornalismo (DAROS, 2021).

O uso muitas vezes acrítico de epistemologias de antigos poderes coloniais não configura apenas as práticas de pesquisa, mas também as de ensino. Pensando nisso, optamos por focar a bibliografia das disciplinas de teorias do jornalismo oferecidas pelos programas de pós-graduação no país. O artigo começa por apresentar um breve histórico do ensino universitário em jornalismo a partir do final da década de 1940, ao mesmo tempo em que documenta o processo de introdução da disciplina nos cursos de graduação. Em seguida, examina o panorama atual de ensino da matéria nos programas de pós-graduação em instituições públicas e privadas.

Uma análise cuidadosa revela que por trás das referências mais citadas de autores e editores ibero-americanos, existe a tendência de ensino de teorias oriundas dos Estados Unidos e da Europa. Apesar de seu valor intelectual, estas não pretendem contemplar as singularidades da formação histórica das sociedades latino-americanas nem, especificamente, as estações de reflexão sobre imprensa que surgiram nesses países.

Informe histórico do ensino superior em jornalismo

Se a primeira escola latino-americana de jornalismo foi fundada na Argentina durante a primeira metade do século XX, logo o Brasil se tornaria o país do subcontinente com o maior número de cursos de graduação na área (NIXON, 1982). O primeiro curso universitário de jornalismo foi aberto em 1947, com a herança deixada pelo empresário e jornalista Cásper Líbero (1889-1943). No ano seguinte, começou a funcionar o curso da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Enquanto a escola da Cásper Líbero tendia a estar voltada para a formação técnico-profissional, a da UFRJ se desenvolveu dentro de um projeto humanístico mais amplo.

Durante a ditadura militar (1964-1985), os cursos de jornalismo foram transformados em habilitação e as escolas de jornalismo em escolas de comunicação social, o que gerou, entre outras consequências, a diminuição e a diluição do conteúdo teórico e histórico do jornalismo em benefício do conteúdo geral da comunicação (MEDITSCH, 2017). No período, o Brasil assimilou o modelo de ensino proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio do Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal), voltado ao “terceiro mundo”, com o intuito de formar comunicadores especializados (MARQUES DE MELO, 1974, p. 65).

Foi também durante o regime que entrou em vigor o decreto de obrigatoriedade do diploma para exercício do jornalismo. “Nas décadas seguintes, a preservação do monopólio profissional para os universitários continuou sendo a causa unificadora mais importante dos sindicatos de jornalistas brasileiros. Somente em 2009 uma decisão judicial excluiu essa exigência” (ALBUQUERQUE; TAVARES, 2020). Quase ao mesmo tempo, em 2013, com a aprovação do Ministério da Educação, o jornalismo recuperou o status de bacharel, adquirindo autonomia frente aos cursos de comunicação.

A pós-graduação, todavia, se desenvolveu com foco na comunicação — e não no jornalismo —, desde a década de 1970, quando foram criados os primeiros programas como o da Universidade de São Paulo (USP) (LOPES; ROMANCINI, 2018). Mas há exceções como o programa de doutorado em jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sem falar das instituições que possuem linhas de pesquisa em jornalismo (MOREIRA; LAGO, 2017). Além da UFSC, existem atualmente outras duas universidades que oferecem mestrado em jornalismo: a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esta com curso profissional.

No contexto mais amplo dos estudos de comunicação, existem mais de 50 programas de pós-graduação. Devido à necessidade de investimentos contínuos e de corpo docente altamente qualificado, a maioria dos programas funciona em universidades públicas (KUNSCH; GOBBI, 2016) — embora as universidades privadas concentrem maior número de cursos de graduação. Na América Latina, o número de programas de pós-graduação existentes no Brasil talvez seja apenas comparável ao do México (ver FUENTES NAVARRO; BUSTAMANTE FARÍAS, 2012).

Análise da disciplina de teorias do jornalismo

No Brasil, a introdução da disciplina de teorias do jornalismo se deu com o curso de graduação em comunicação social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1983. Como primeira professora da disciplina, Rosa Nívea Pedroso (2005) comenta que a disciplina voltada para a reflexão sobre o jornalismo estava organizada a partir das contribuições de teóricos brasileiros como José Marques de Melo (1972), Nilson Lage (1979), Ciro Marcondes Filho (1986) e Adelmo Genro Filho (1987). Conforme a professora aposentada, as contribuições estrangeiras foram consideradas à medida que se tornaram acessíveis no Brasil, como as edições em espanhol dos livros de Gaye Tuchman (1983) e Mar de Fontcuberta (1993) e, posteriormente, os primeiros livros em português de Nelson Traquina (1993). Ou seja, a disciplina surgiu ancorada em uma bibliografia nacional e gradativamente se internacionalizou.

Por meio de reforma curricular, cursos de outras instituições, como a UFSC, introduziram a matéria. Cabe destacar que, nesta universidade, a implantação da disciplina teórica ocorreu sob influência de Adelmo Genro, que atuava como professor de teorias da comunicação (PONTES, 2015). Por isso, “embora não tenha sido a primeira pessoa a estudar e a escrever sobre o jornalismo no Brasil, Adelmo é lembrado como o fundador da disciplina Teoria do Jornalismo” (MEDITSCH, 2004).

A disciplina passou a compor a grade curricular de vários programas de pós-graduação em comunicação, nas últimas décadas. Além da UFRGS e da UFSC, a Universidade de Brasília (UnB), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Estadual de Ponta Grossa

(UEPG) oferecem atualmente disciplinas intituladas teorias do jornalismo, enquanto outras instituições oferecem disciplinas semelhantes usando outras nomenclaturas.

Para compor o quadro abaixo, optou-se por selecionar os programas de pós-graduação que possuem uma disciplina cujo título ou subtítulo seja “teorias do jornalismo” ou “teoria da prática jornalística”, ou equivalentes. Das onze instituições listadas, as primeiras oito informaram seu plano de ensino completo, com todas as referências bibliográficas utilizadas nas aulas, e outras três forneceram parte do plano. Portanto, o quadro com as referências mais citadas foi organizado com base na bibliografia das primeiras oito universidades (duas privadas e seis públicas), e as informações parciais das outras três universidades foram utilizadas como dados de apoio. O objetivo é apresentar os nomes e trabalhos que figuram em pelo menos quatro disciplinas e que, assim, alcançam certa unanimidade entre os professores brasileiros.

Quadro 1. Principais referências da disciplina de teorias do jornalismo no Brasil

Nome dos autores e/ou editores	Nacionalidade	Número de disciplinas em que aparecem	Total de menções a eles nas disciplinas
Nelson Traquina	Portugal / Estados Unidos	6	22
Christa Berger e Beatriz Marocco	Brasil	5	10
Lorenzo Gomis	Espanha	5	5
Barbie Zelizer	Estados Unidos	4	6
Jorge Pedro Sousa	Portugal	4	5
Adelmo Genro Filho	Brasil	4	4
Peter Berger e Thomas Luckmann	Áustria / Eslovênia / Estados Unidos	4	4

Fonte: referências básicas e complementares das disciplinas de teorias do jornalismo da PUCRS (2020), UFMS (2020), UFRGS (2018), UFS (2020), UFSC (2020), UFPB (2020), UnB (2020) e Unisinos (2020).

Como o quadro mostra, Nelson Traquina é o autor mais influente no campo de teorias do jornalismo no país. Por isso, é importante dedicar atenção especial a ele. Nascido e formado nos Estados Unidos, Traquina foi correspondente em Portugal, até se

tornar um notório professor da Universidade Nova de Lisboa, ao longo de três décadas de atividade intelectual. “Os seus textos reveem a visão ingénuo da notícia como ‘espelho da realidade’ e divulgaram entre nós teorias — quase todas com origem norte-americana e britânica — que procuraram explicar ‘porque as notícias são como são’, com base no estudo de práticas profissionais e da mediação jornalística” (PONTE, 2020, p. 49).

A coletânea portuguesa *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (1993) costuma ser a sua obra mais citada, seguida pelos dois volumes de *Teorias do jornalismo* (2003, 2005) — editados e publicados no Brasil. O primeiro volume versa sobre o conceito de *gatekeeping* de White David Manning (1951), a análise funcionalista de Warren Breed (1955) sobre controle social nas redações, o modelo de *agenda-setting* de Maxwell McCombs e Donald L. Shaw (1972) etc., enquanto o segundo volume aprofunda a reflexão dos jornalistas enquanto uma “comunidade interpretativa”, inspirada no trabalho de Barbie Zelizer (1993). Já a coletânea portuguesa, também lançada no Brasil, reúne traduções de artigos de Gaye Tuchman (1972), Michael Schudson (1982), entre outras figuras oriundas, sobretudo, do mundo acadêmico anglófono.

Depois de Traquina, Christa Berger e Beatriz Marocco aparecem como as autoras/editoras mais citadas. Editaram juntas a coletânea *A era glacial do jornalismo* (2006, 2008a), publicada em dois volumes. O primeiro traz traduções de Ferdinand Tönnies (1922), Max Weber (1924) e Otto Groth (1960), enquanto o segundo volume artigos de Edward Ross (1910), Walter Lippmann (1922) e Robert E. Park (1940), além de comentários sobre a vida e obra desses pensadores do final do século XIX e meados do século XX. Enfim, um esforço admirável para colocar os estudiosos brasileiros em contato com aquelas teorias sociais da imprensa investigadas por Hanno Hardt (1979).

Tal bibliografia, o conjunto de livros e artigos mais usados nas aulas de teorias do jornalismo, apresentam predominantemente: (1) sociólogos da produção noticiosa dos Estados Unidos; e (2) pensadores clássicos das teorias sociais da Alemanha e dos EUA. Apesar de serem obras escritas e/ou editadas por nomes luso-brasileiros, o objetivo não é o de estudar o pensamento jornalístico ibero-americano, mas notadamente as tradições anglo-saxônicas. Por exemplo, esta tendência é reforçada pela presença dos trabalhos de Barbie Zelizer (2004, 2007), que sublinha os estudos de jornalismo em países de língua inglesa; e o estudo da tradição alemã é destacado por Jorge Pedro Sousa (2002, 2004), que apresenta Tobias Peucer como o “progenitor da teoria do jornalismo”.

A utilização de trabalhos ancorados em fontes anglo-saxônicas tem aspectos positivos para a formação dos pesquisadores em jornalismo, pois permite aos alunos conhecer as origens da reflexão sobre imprensa e como o seu campo acadêmico se desenvolveu nos países ocidentais. Como consequência positiva, esta estratégia cria afinidades de conhecimento entre as comunidades acadêmicas “centrais” e “periféricas”, uma vez que os estudiosos da “periferia” global estão trabalhando com as mesmas teorias da mídia que os estudiosos do “centro” — oportunizando que os “de fora” tenham, por exemplo, seus estudos aceitos em revistas e congressos internacionais. Apesar de bastante problemático, este parece ser um procedimento comum adotado pelas comunidades em desenvolvimento em direção à internacionalização da pesquisa e do ensino.

Por outro lado, tal estratégia também possui inúmeros efeitos negativos, como a contínua sobreposição das correntes dominantes às demais e a manutenção do desconhecimento das tradições teóricas fora da órbita central. Como consequência negativa, os trabalhos escritos e/ou editados em outras regiões estão frequentemente baseados em literatura semelhante aos livros produzidos dentro dessa órbita. Há poucas garantias de que literatura com epistemologia descentralizada esteja sendo discutida entre professores e alunos. A predominância da obra de autores como Traquina no Brasil pode sinalizar essa tendência, apesar de seus tantos méritos como estudioso do jornalismo.

Cabe observar, ainda, a relação entre as referências ensinadas pelos professores e as referências trabalhadas posteriormente pelos alunos em suas investigações. Estudos bibliométricos de artigos apresentados nos congressos brasileiros de comunicação e jornalismo comprovam a crescente presença das contribuições de Traquina — como interlocutor da sociologia da notícia, em sua vertente norte-americana — no campo nacional. Seus livros foram citados em 23,8% dos artigos nas sessões de jornalismo (MEDITSCH; GUERREIRO, 2020), considerando os encontros nacionais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Ademais, relata-se que a maioria das dissertações e teses sobre jornalismo, no país, a partir de 2000, agregaram ao seu referencial teórico as interpretações ou traduções do autor (BARBOSA, 2012).

Pensando as teorias a partir do contexto de origem

É verdade que as obras fundadoras nos são caras à medida que fornecem elementos basilares para pensar e analisar as teorias da democracia e da opinião pública, estudos de caso baseados na sociologia da produção noticiosa, além de fundamentar a reflexão sobre a imprensa. Ao mesmo tempo, podemos nos questionar: por que os “clássicos” europeus e norte-americanos, da nossa área, deveriam importar mais do que os latino-americanos para o contexto brasileiro, a menos que estes não existissem?

Embora o Brasil tenha uma tradição moderna de pensamento jornalístico (MARQUES DE MELO, 2006), com suas próprias contradições teóricas e empíricas (RÜDIGER; DAROS, 2020a), aqueles que aqui poderiam ser chamadas assim — Rui Barbosa (1920), Barbosa Lima Sobrinho (1923), Antonio Olinto (1955), Alceu Amoroso Lima (1960), Danton Jobim (1960) e Luiz Beltrão (1960) — parecem fora de moda, se levarmos em conta o número de citações nos planos de aula. Também aparecem em declínio trabalhos de estudiosos mais contemporâneos como Nilson Lage (1979) e Ciro Marcondes Filho (1986), referências primeiras quando a disciplina de teoria do jornalismo foi institucionalizada no Brasil (PEDROSO, 2005).

A exceção seria Adelmo Genro Filho (1987) à medida que permanece como referência em metade das disciplinas analisadas. Por outro lado, muito pouco ou nada foi encontrado sobre as contribuições de tradições intelectuais — geograficamente mais próximas — como pensadores argentinos, chilenos, cubanos, mexicanos e venezuelanos. Nenhuma das disciplinas listadas os coloca em posição de destaque. O mesmo se aplica a tradições geograficamente mais distantes, como países da África, Ásia e Oceania.

Mas por que as teorias oriundas de diferentes contextos importam? Se entendermos o jornalismo como um fenômeno universal e culturalmente variável, fato é que tanto o fenômeno em si quanto suas teorias não estão desvinculados das condições sociais em que são produzidos. Por exemplo, se a ascensão e o declínio de um certo modo de conceituar e pesquisar a imprensa na Alemanha diz respeito ao contexto do regime nazista (AVERBECK-LIETZ, 2014), e na Itália outro projeto de estudo se refere à era fascista (RÜDIGER, 2019), em outras nações este também é o caso. As variações conforme as condições sócio-políticas e o contexto histórico já são certamente uma justificativa para historicizar e teorizar as culturas jornalísticas para além da Europa.

Significa que na América Latina as teorias da imprensa também estão profundamente conectadas às condições históricas nacionais e continentais. Pode-se dizer que no Brasil, com o enfraquecimento da ditadura militar e o aumento da liberdade de

expressão em meados da década de 1970, jornalistas-intelectuais de esquerda levantaram a tese marxista de que a objetividade é uma forma de mascarar a realidade ou uma justificativa ideológica do partidarismo da imprensa pelas classes dirigentes. Tal abordagem foi relativizada por novos acadêmicos de esquerda na década de 1980 que, ainda dentro do marxismo, mas criticando a ortodoxia, enfatizaram que o caráter fragmentário e pontual da notícia, associado à fetichização da mercadoria, não impede sua elaboração reflexiva, nem exclui a conscientização (RÜDIGER; DAROS, 2020b).

E no contexto mais amplo das ditaduras latino-americanas, viu-se emergir uma geração de intelectuais militantes que se engajou na pesquisa social para denunciar a comunicação de massa como imperialismo cultural, alienada pela ideologia burguesa. Suas teorizações passaram a envolver cada vez mais a comunicação popular e a mídia alternativa. Em diferentes partes da Argentina, Chile, Colômbia, México, Venezuela etc. nasceram experiências políticas e culturais, com mediação acadêmica, para tentar transformar os usos da mídia (RODRÍGUEZ; BLANCO; PARDUCCI; RINCÓN, 2020).

Concluindo a reflexão

Ao longo do artigo, buscamos contribuir para o entendimento de que a decolonização dos estudos de comunicação e jornalismo também é um processo complexo para os acadêmicos fora da América do Norte e da Europa Ocidental — embora os desafios estejam longe de serem os mesmos. Do ponto de vista epistemológico, tal complexidade se explica, em parte, porque o campo tem origens na tradição teórica alemã e na pesquisa sociológica norte-americana (HARDT, 1979). Consequentemente, torna-se impossível compreender a evolução de seus estudos sem considerar a herança do pensamento ocidental (WAISBORD; MELLADO, 2014, p. 362).

Assumir uma perspectiva decolonial não consiste em negar esse fato histórico: trata-se de abrir novas perspectivas teóricas para questionar, de modo contínuo, o conjunto de pressupostos e fundamentos que estrutura o campo, não se limitando, por exemplo, a produção de estudos descritivos e comparativos entre diferentes culturas jornalísticas (WASSERMAN; BEER, 2009). Esta renovação requer a formação de agentes capazes de “metateorizar e criticar as dimensões axiológicas, epistemológicas e ontológicas das teorias existentes, ocidentais e não ocidentais”, ao invés de agentes que “apenas releem a literatura clássica para documentar as contribuições não ocidentais às tradições da comunicação” (GUNARATNE, 2010, p. 486).

Processos de transformação como estes são potencializados por ações conjuntas de professores e alunos compromissados em pensar criticamente o lugar que ocupam. Como outros atores sociais, tendem a universalizar suas ideias a partir de seu grupo, de sua cidade, de seu país (SODRÉ, 2012). Sem se fechar, todavia, ao quadro regional ou nacional, teorizar a cultura e a mídia a partir de contextos específicos importa mais do que importar modelos teóricos visando à mera aplicação. A decolonização do ensino e da pesquisa pode — e deve — privilegiar perspectivas cosmopolitas caracterizadas pela sensibilidade crítica “por questões teóricas e empíricas que são relevantes além das fronteiras geográficas e acadêmicas” (WAISBORD, 2014, p. 180).

Embora a amostra examinada aqui seja limitada à autoria da bibliografia dos planos de ensino, a mesma sugere que muitos passos ainda podem ser dados a favor da decolonização em nossa área. Em vez de estruturar as disciplinas a partir de perspectivas norte-americanas e europeias, professores de teorias do jornalismo e da comunicação poderiam prestar mais atenção às contribuições brasileiras e latino-americanas e colocá-las em diálogo crítico com as tradições de nações mais distantes. Trabalhos que mostrem a universalidade do fenômeno sem ignorar as variações culturais de sociedade para sociedade, ao longo do tempo, são bem-vindos. A tentativa de descentralizar a literatura utilizada nos cursos ganha importância à medida que se observa que as referências ensinadas em sala de aula exercem grande influência nos quadros teórico-metodológicos das pesquisas desenvolvidas, posteriormente, pelos alunos.

As estratégias de ensino decolonial, contudo, não devem se restringir à inclusão de um número maior de bibliografia tendo como critério de seleção a nacionalidade de autoria. Como analisado, a literatura ibero-americana também é frequentemente ancorada em paradigmas centristas. Estratégias que desafiam as interpretações vigentes e promovem a contextualização de pensadores clássicos e contemporâneos podem ser priorizadas, por meio da apreciação crítica de diversas tradições. Mesmo que as teorias sejam essencialmente abstrações, a busca pela generalidade e universalidade sem a devida contextualização se mostra um obstáculo para que a “justiça” seja feita “às distintas diferenças entre as diferentes tradições intelectuais” (WANG, 2011, p. 3-4).

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, A. The institutional basis of Anglophone Western centrality. **Media, Culture & Society**, v. 43, n. 1, p. 180–188, 2020. DOI: 10.1177/0163443720957893.
- ALBUQUERQUE, A.; TAVARES, C. Q. Corporatism, fractionalization and state interventionism: the development of communication studies in Brazil. **Publizistik**, 2020. DOI: 10.1007/s11616-020-00622-3.
- AVERBECK-LIETZ, S. Da ciência do periódico à “ciência da liderança nacional-socialista”: como os estudos de imprensa adotaram o regime nazista na Alemanha. **Revista Famecos**, v. 21, n. 2, p. 418–437, 2014. DOI: 10.15448/1980-3729.2014.2.18248.
- BARBOSA, M. Nelson Traquina e as pesquisas em jornalismo no Brasil. *In*: CUNHA, I. F.; CABRERA, A.; SOUSA, J. P. (org.). **Pesquisa em media e jornalismo**: homenagem a Nelson Traquina. Covilhã: Labcom, 2012. p. 12–25.
- BARBOSA, R. **A imprensa e o dever da verdade**. Salvador: [editora não identificada], 1920.
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Volume 1. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2008a.
- BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **Ilha do Presídio**: uma reportagem de ideias. Porto Alegre: Libretos, 2008b.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1966/1973.
- BREED, W. Social control in the newsroom: a functional analysis. **Social Forces**, v. 33, n. 4, p. 326–335, 1955. DOI:10.2307/2573002
- DAROS, O. French theoretical and methodological influences on Brazilian journalism research. **Media, Culture & Society**, p. 1–12, 2021. DOI: 10.1177/0163443721999936.
- ENGHEL, F.; BECERRA, M. Here and there: (re)situating Latin America in international communication theory. **Communication Theory**, v. 28, n. 2, p. 111–130, 2018. DOI: 10.1093/ct/qty005.
- FONTCUBERTA, M. **La noticia**: pistas para percibir el mundo. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.
- FUENTES NAVARRO, R.; BUSTAMANTE FARÍAS, Ó. La oferta académica de posgrados en comunicación en México, Centroamérica y el Caribe: una expansión asimétrica y desarticulada. *In*: LOPES, M. I. V. (org.). **Posgrados en comunicación en Iberoamérica**:

políticas nacionales e internacionales. São Paulo: Confibercom, PPGCOM–USP, 2012. p. 112–159.

GANTER, S. A.; ORTEGA, F. The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: challenges and opportunities of de-Westernization and academic cosmopolitanism. **International Journal of Communication**, v. 13, p. 68–91, 2019.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

GOMIS, L. **Teoría del periodismo**: cómo se forma el presente. Barcelona: Ediciones Paidós, 1991.

GOMIS, L. Os interessados produzem e fornecem os fatos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 1, p. 102–117, 2004. DOI: 10.5007/%25x.

GOYANES, M. Editorial boards in communication sciences journals: plurality or standardization? **International Communication Gazette**, v. 82, n. 4, p. 342–364, 2019. DOI: 10.1177/1748048518825322.

GROTH, O. **Poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 1960/2011.

GUNARATNE, S. A. De-Westernizing communication/social science research: opportunities and limitations. **Media, Culture & Society**, v. 32, n. 3, p. 473–500, 2010. DOI: 10.1177/0163443709361159.

HARDT, H. **Social theories of the press**: early German and American perspectives. Beverly Hills: Sage, 1979.

JOBIM, D. **Espírito do jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

KUNSCH, M. M. K.; GOBBI, M. C. O campo acadêmico-científico da comunicação no Brasil: panorama, constituição e perspectivas. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social Disertaciones**, v. 9, n. 2, p. 68–91, 2016.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, A. A. **O jornalismo como gênero literário**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

LIMA SOBRINHO, B. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

LIPPMANN, W. **A opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 1992/2008.

LOPES, M. I. V.; ROMANCINI, R. História dos estudos em comunicação no Brasil: a institucionalização de um campo interdisciplinar. In: COUTINHO, I.; PEREIRA, A. (org.). **Intercom 40 anos**: comunicação, memórias e historicidades. São Paulo: Intercom, 2018. p. 117–144.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, J. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Editora Pioneira, 1972.

MARQUES DE MELO, J. **Contribuições para uma pedagogia da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974.

MARQUES DE MELO, J. **Teoria do jornalismo**: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972. DOI: 10.1086/267990.

MEDITSCH, E. Traquina e a contribuição portuguesa ao Brasil. **Observatório da Imprensa**, abr. 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/traquina-e-a-contribuicao-portuguesa-ao-brasil/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MEDITSCH, E. No Brasil, ensino de jornalismo retoma a identidade. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 14, n. 27, p. 100–111, 2017.

MEDITSCH, E.; GUERREIRO NETO, G. O impacto da obra de Nelson Traquina nos estudos em jornalismo do Brasil: estudo sincrônico e diacrônico a partir de anais de eventos científicos nacionais. **Media & Jornalismo**, v. 20, n. 37, p. 29–44, 2020. DOI: 10.14195/2183-5462_37_2.

MOREIRA, S. V.; LAGO, C. Journalism education in Brazil: developments and neglected issues. **Journalism & Mass Communication Educator**, v. 72, n. 3, p. 263–273, 2017. DOI: 10.1177/1077695817719609.

NIXON, R. B. Historia de las escuelas de periodismo. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 2, p. 13–19, 1982. DOI: 10.16921/chasqui.v0i2.946.

OLINTO, A. **Jornalismo e literatura**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

PARK, R. E. News as a form of knowledge: a chapter in the sociology of knowledge. **American Journal of Sociology**, v. 45, n. 5, p. 669–686, 1940.

PEDROSO, R. N. Rumo à reflexão e maturação científica. Entrevistador: Luís Eblak. **Observatório da Imprensa**, ago. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/rumo-a-reflexao-e-maturacao-cientifica/>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PONTE, C. O legado de Nelson Traquina no estudo dos media e do jornalismo. **Media & Jornalismo**, v. 20, n. 37, p. 45–58, 2020. DOI: 10.14195/2183-5462_37_3.

PONTES, F. S. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2015.

RODRÍGUEZ, C.; BLANCO, C.; PARDUCCI, A.; RINCÓN, O. (org). **Mujeres de la comunicación**. Bogotá: Friedrich-Ebert-Stiftung Comunicación, 2020.

ROSS, E. The suppression of important news. **Atlantic Monthly**, p. 303–11, 1910.

RÜDIGER, F. Projeto perdido: os estudos de jornalismo e a via italiana para sua transformação em ciência durante a era fascista. **Matrizes**, v. 13, n. 3, p. 59–87, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v13i3p59-87.

RÜDIGER, F.; DAROS, O. Critical analysis of José Marques de Melo’s journalistic thinking. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 2, p. 232–263, 2020a. DOI: BJR.v16n2.2020.1272.

RÜDIGER, F.; DAROS, O. O pensamento marxista e a teoria do jornalismo no Brasil. *In*: HOHLFELDT, A.; FINGER, C. (org.). **Interações comunicacionais**. Porto Alegre: Sulina, 2020b. p. 13–34.

SCHUDSON, M. The politics of narrative form: the emergence of news conventions in print and television. **Daedalus**, v. 111, n. 4, p. 97–112, 1982.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUSA, J. P. Tobias Peucer: progenitor da teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 31–46, 2004. DOI: 10.5007/%25x.

TÖNNIES, F. **Kritik der Öffentlichen Meinung**. Berlin: Julius Springer, 1922.

TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2003.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística — uma comunidade interpretativa internacional**. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen’s notions of objectivity. **American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660–679, 1972.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

WAISBORD, S. De-Westernization and cosmopolitan media studies. *In*: CHAN, C. C. (org.). **Internationalizing “International Communication”**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2014. p. 178–200.

WAISBORD, S.; MELLADO, C. De-Westernizing communication studies: a reassessment. **Communication Theory**, v. 24, n. 4, 361–372, 2014. DOI: 10.1111/comt.12044.

WANG, G. **De-Westernizing communication research: altering questions and changing frameworks**. New York: Routledge, 2011.

WASSERMAN, H.; BEER, A. S. Towards de-Westernizing journalism studies. *In*: K Wahl-Jorgensen, K.; Hanitzsch, T. (org.). **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009. p. 428–438.

WEBER, M. **Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik**. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1924.

WHITE, D. M. The gatekeeper: a case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**, v. 27, n. 3, p. 383–396, 1951. DOI: 10.25200/BJR.v13n2.2017.985.

ZELIZER, B. Journalists as interpretive communities. **Critical Studies in Mass Communication**, v. 10, p. 219–237, 1993. DOI: 10.1080/15295039309366865.

ZELIZER, B. **Taking journalism seriously**: news and the academy. Beverly Hills: Sage, 2004.

ZELIZER, B. What to do about journalism? Journalism and the International academic world. **Brazilian Journalism Research**, v. 3, n. 2, p. 13–28, 2007. DOI: 10.25200/BJR.v3n2.2007.115.